

Justiça de SP libera salários acima do teto na Câmara de Vereadores de SP

A Justiça de São Paulo deferiu as primeiras liminares que autorizam o pagamento de salários acima do teto constitucional a servidores da Câmara Municipal de São Paulo. As decisões, emitidas a partir do dia 7, já beneficiaram seis servidores do Legislativo, cinco deles atualmente em cargos de chefia. A presidência da Casa vai recorrer. O teto para os servidores municipais é o salário do prefeito Gilberto Kassab, hoje fixado em R\$ 24.117,62. As inoframções são da *Agência Estado*.

As decisões judiciais, segundo especialistas, podem abrir precedentes para outros servidores obterem o mesmo benefício tanto na Câmara como no Executivo e no Tribunal de Contas do Município. Ao todo, 96 servidores ativos e inativos tiveram seus vencimentos reduzidos em até 216% a partir da aplicação do teto na Câmara. A medida gerou economia de R\$ 30 milhões, transferidos à área da Saúde pela Mesa Diretora, só nos primeiros seis meses do ano. Nesta terça-feira (13/11) o presidente José Police Neto afirmou que vai recorrer das liminares. Ele defendeu a legalidade das reduções e criticou o Judiciário.

"Infelizmente o parlamento é obrigado a condenar o trabalhador a salário mínimo e o Judiciário, aqui em São Paulo, tem sempre um salário máximo, muito acima do teto constitucional", afirmou o presidente. "A redutibilidade nos vencimentos é constitucional, prevista em lei federal há mais de nove anos. Por isso vamos lutar para manter uma gestão transparente."

Para o juiz Emilio Migliano Neto, da 7ª Vara da Fazenda Pública, entretanto, o procurador Caio Marcelo de Carvalho Gianini, supervisor da área de análise de novos projetos da Câmara, pode voltar a receber R\$ 38 mil mensais. Gianini teve cerca de R\$ 15 mil cortados de seu holerite com a aplicação do teto salarial a partir de abril. Agora ele não só volta a receber o vencimento acima do salário pago ao prefeito Kassab como também quer reaver os valores retroativos durante os meses nos quais teve cortados R\$ 105 mil da folha de pagamento.

O advogado dos servidores, Oreste Nestor de Souza Laspro, afirmou que o número de beneficiados é ainda maior, já que nem todas as liminares foram publicadas pelo Tribunal de Justiça.

Date Created

15/11/2012